

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Participativo Municipal

Realizada no dia 18 de outubro de 2023

Conselheiros presentes:

Crenildes Jesus da Silva

Fábio da Silva Amorim

Francisco João Moreirão de Magalhães

Juliana Alcântara Fernandes

Maria Helena Bento Romaris Spazienni

Maria José Canton de Robert

Paulina Maria da Conceição da Silva

Rodolfo Coimbra Luciano

Selma Regina Agulló

Simone das Mercês Sapienza

Maria Cristina Cruzelhes (está de licença aprovada pelo CPM)

A reunião teve início às 19:30 e o coordenador iniciou informando que o secretário-geral, Ewerton Barros Silva, estava hospitalizado e, por esse motivo, não tinha consigo enviar a Ata da reunião de setembro, impossibilitando a leitura e votação. Em seguida, o coordenador pediu ao plenário que fosse escolhido um conselheiro para secretariar a reunião, o que foi feito pelas conselheiras Maria Helena Bento Romaris Spazienni e Juliana Alcântara Fernandes.

O coordenador iniciou informando que o conselheiro Alexandro Fernandes da Silva foi notificado da perda de mandato por excesso de faltas e informou o Conselho que, na impossibilidade da presença e da leitura da Ata com essa comunicação, fez um extrato que foi enviado à Casa Civil e uma introdução com a justificativa e em seguida leu o extrato. Documento que segue reproduzido no final desta ata.

Depois de alguma confusão porque o interlocutor chegou atrasado e não avisou previamente que a Subprefeitura não tinha impressora disponível, a conselheira Simone transcreveu o extrato à mão que foi votado e assinado.

Na ocasião, os conselheiros Rodolfo Coimbra Luciano e Fábio da Silva Amorim, destacaram que o Conselho tinha computador e impressora que lhe foram destinados com dotação orçamentária própria e que é necessário que essa infra estrutura seja disponibilizada para o Conselho. O Conselheiro Fábio da Silva Amorim informou que iria procurar no Diário Oficial e a ata em que essa dotação orçamentária foi publicada.

O coordenador deu um informe sobre sua atividade como conselheiro do CMPU, destacando a falta de democracia e participação social real da população e sobre o início da revisão da lei de zoneamento, que já segue pelo mesmo caminho sem participação, dando vários exemplos de problemas que essas novas leis poderão causar na sustentabilidade e no bem estar da população.

Os conselheiros debateram e tiraram dúvidas sobre a questão.

Em seguida, a conselheira Paulina Maria da Concenção da Silva usou a palavra para informar que, como conselheira do CMH e do Conselho Gestor de Zeis, podia anunciar que já estava praticamente aprovada uma creche na Vila Paz, no Lidiane, e a instauração de duas linhas de ônibus para atender a comunidade, que o Conselho está abrindo uma rua no Singapura, medida muito necessária, e que a construção de HIS 1 já está iniciando no terreno da antiga Favela do Pernilongo.

O coordenador propôs que a discussão sobre a questão do conselheiro suplente, apesar dele estar presente, fosse tratada em uma reunião extraordinária, na quarta-feira posterior aquela em que a reunião se realizava, proposta que teve a aprovação unânime, inclusivamente a concordância do próprio conselheiro suplente.

O Conselho discutiu sobre a possibilidade de realizar reuniões on-line ou híbridas e o coordenador explicou que o problema é que a lei determina que sejam presenciais nas instalações da Subprefeitura.

Foi levantada a questão do buster que só depende de autorização do Depatri para a Sabesp fazer a obra. O conselheiro Rodolfo Coimbra Luciano informou que esteve em reunião na Sabesp e confirmou esta informação.

Em seguida, foi dado tempo para o interlocutor apresentar as devolutivas. Não houve devolutivas, só explicações gerais e uma confusão entre demandas do Conseg e do Conselho Participativo.

Foi discutida a questão da dificuldade de obter retorno de ofícios de outros órgãos municipais, principalmente da CET, e o coordenador informou que passou a mandar os ofícios com as demandas para a Subprefeitura para que sejam encaminhados via SEI, na tentativa de ter mais agilidade. O Conselho discutiu bastante esse problema, citando, não só os diversos órgãos da Prefeitura, como as empresas terceirizadas. Nesta discussão foram apresentadas diferentes visões da melhor forma de atuar.

Não tendo mais assuntos, o coordenador encerrou a reunião